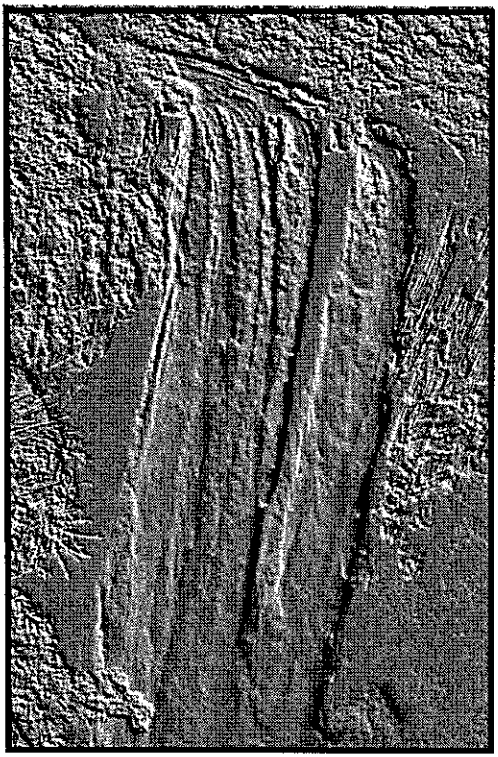
Acervo ISA

ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS DA BACIA DO RIO TIBAGI

Cecília Maria Vieira Helm



Acervo ISA

Estudo Antropológico sobre os Povos Indígenas da Bacia do Rio Tibagi

Cecília Maria Vieira Helm
E-mail: cecihelm@cwb.matrix.com.br

Capa: Salto do Apucaraninha, Terra Indígena Apucarana.
Foto: E. Helm.

Diagramação e Impressão:

HF - Estúdio Gráfico
Curitiba - Paraná
Fone: (041) 352-5567
Curitiba, 1999

Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data ..../..../....
cod ØUDØØØ7Ø

Para o ISA
Afirmo.
Cecília Maria Vieira Helm
maio/99

ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS DA BACIA DO RIO TIBAGI

Acervo ISA

ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS DA BACIA DO RIO TIBAGI

Os estudos antropológicos realizados no ano de 1998, sobre as *Sociedades Indígenas da Bacia do rio Tibagi* – que integram os Estudos de Inventário Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental, EIA-RIMAS, contratados pela Companhia Paranaense de Energia, COPEL e seus sócios, através de empresas de consultoria, para a obtenção do licenciamento ambiental, para o aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do rio Tibagi- foram abordados de acordo com o conceito de *impacto global* (IPARJ,1988: 35) utilizado, nos últimos anos, para tratar de questões que envolvem os Povos Indígenas e os Projetos Hidrelétricos ou Projetos de Desenvolvimento.

O Laudo antropológico escrito por Cecília Maria Vieira Helm (1998), *Povos Indígenas da Bacia do rio Tibagi: os Kaingang, os Guarani e os Projetos das UHs Cebolão e São Jerônimo*, com a finalidade de atender a solicitação da COPEL, para que fosse produzida uma etnografia atualizada sobre os Kaingang e os Guarani das Terras Indígenas da Bacia do rio Tibagi e suas representações a respeito das Usinas Hidrelétricas e os seus impactos, também foi elaborado com fundamento nos conceitos de impactos globais e cumulativos[1].

De acordo com o conceito de *impacto global*, produzido pelos pesquisadores do IPARJ, *os povos indígenas, quando confrontados com empreendimentos econômicos do porte das usinas hidrelétricas, esses tipos de empreendimentos causam danos globais, isto é, influência, em geral deletéria, em todos os setores da sua vida, desde a sua população e as condições materiais de sua sobrevivência, até as suas concepções de vida e visões de mundo. Os danos raramente são exclusivos a um número populacional e, sim, a um povo como*

Acervo ISA

um todo, a uma etnia, a uma cultura...(IPARJ), 89:2). Também transformam a cultura, os valores e os sistemas organizativos desses povos (HELM, C. 1998).

A classificação que divide os impactos em diretos e indiretos se mostrou inoperante, porque ambos provocam impactos globais e, muitas vezes, aqueles considerados indiretos causam mais danos permanentes, do que um impacto considerado direto (IPARJ, 89: 2-3).

O conceito de impacto global incorpora uma realidade que não é exclusivamente material, como a expectativa e o estresse que gera um Grande Projeto , desde o início dos estudos do inventário ambiental e social. O valor simbólico que os rios e as matas têm para os povos indígenas também é abordado (Helm, C.1998).

Em junho de 1998, foi encaminhado à Coordenadoria de Impactos Ambientais, CNIA/COPEL o Relatório da Professora Kimiye Tommasino " *Os Kaingang da Bacia do rio Tibagi e suas Relações Simbólico- Práticas com a Natureza*". O estudo foi realizado com o suporte do Convênio de Cooperação Técnica e Científica, assinado no mês de setembro de 1995, entre a COPEL e o ITEDES /UEL. O Relatório trata das Relações que os Kaingang estabelecem com o meio ambiente e não faz referências aos Guarani da TI São Jerônimo que são potencialmente atingidos pela UH Cebolão. Também não trata dos Kaingang das TI Queimadas e Mocóca.

A COPEL repassou recursos para que fossem realizados estudos e para que os pesquisadores envolvidos acompanhassem e dessem pareceres sobre os Estudos de Impacto Ambiental e de Viabilidade técnico-econômica das Usinas Hidrelétricas Jataizinho e Cebolão, projetadas para a Bacia do rio Tibagi, no estado do Paraná.

O Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Estadual de Londrina, NEMA/UEL, atuou nesse Convênio. A Professora Tommasino

Acervo ISA

participou da equipe que produziu pareceres e relatórios. O seu Relatório foi encaminhado para conhecimento da CNIA/COPEL no mês de junho de 1998, oito meses depois do prazo estipulado no Convênio de dois anos, quando os Estudos de Inventário Ambiental já haviam sido realizados e discutidos nas Áreas Indígenas do Tibagi.[2]

Assim, as "considerações finais do Relatório Parcial "da Professora Tommasino não puderam ser incorporadas, ainda que tenha registrado em seu documento que: *Apesar desta pesquisa ainda estar na fase de levantamento dos dados empíricos, acreditamos que os dados preliminares e seus resultados parciais estão revelando as múltiplas dimensões da importância das terras e corredeiras que serão alagadas se as barragens forem construídas* (Tommasino, 1998, Relatório Parcial de Pesquisa).

O Projeto da COPEL para o aproveitamento dos recursos energéticos da Bacia do rio Tibagi foi, inicialmente, desenhado para a implantação de sete Usinas Hidrelétricas (COPEL, 94).

Na atualidade (1999), estão projetados quatro empreendimentos: UH Jataizinho, UH Mauá, UH Cebolão e UH São Jerônimo. De acordo com estudos realizados em 1998, as duas últimas Usinas devem causar impactos em cinco Terras Indígenas[3] : TI Barão de Antonina, TI São Jerônimo, TI Apucarana, TI Queimadas e TI Mocóca. Os EIA sobre as Sociedades Indígenas do rio Tibagi e o Laudo antropológico (Helm, C. 1998) consideraram que a área de influência do Projeto das Usinas- a Bacia do rio Tibagi- é a região em que vivem tradicionalmente os Kaingang e os Guarani.

2 - Foi consultado o documento Memória da Reunião DEPIMA/FUNAI/COPEL realizada na Área Indígena Apucarana. Participaram em 11.5.98 lideranças indígenas e representantes das cinco Terras Indígenas, a Dra. Procuradora da República, professores universitários, técnicos da FUNAI, IBAMA, IAP, COPEL, líderes religiosos. Ver arquivos CNIA/COPEL.

3 - O termo Terra Indígena significa também Área Indígena, Reserva Indígena (FUNAI/94).

Acervo ISA

Informações recentes sobre os índios da Bacia do rio Tibagi

Os Kaingang e os Guarani ocupam terras junto à Bacia do rio Tibagi desde tempos imemoriais, revelam os estudos arqueológicos, históricos e antropológicos[4] realizados por pesquisadores das universidades brasileiras e por estrangeiros que produziram trabalhos etnológicos sobre os Índios do Brasil e da Bacia do rio Tibagi. Em *Tristes Trópicos*, C. Lévi-Strauss descreve a extensão do território, a mata densa e a população indígena de São Jerônimo no Tibagi (Lévi-Strauss, C. 1957 e 1996: 143-149).

No século XIX, ocorreu a ocupação da Bacia do rio Tibagi por não índios, os fazendeiros dos Campos Gerais do Paraná, que expandiram seus domínios sobre os territórios tradicionais dos Kaingang.

A historiografia paranaense informa que nos campos do Inhonho ou Inhoó (nome do cacique Kaingang que habitava a região com seu grupo) foi criada a fazenda Fortaleza por José Felix da Silva (Elliot, 1848: 157).

O fazendeiro Antônio Machado Ribeiro atravessou o rio Tibagi, acima do rio Iapó e, se estabeleceu, no lugar onde foi criada a cidade de nome Tibagi construída, de acordo com Mercer, *"no coração dos territórios Kaingang"* (Mercer, 1977).

Saint-Hilaire (1820) que viajou pelo interior do Paraná e percorreu o caminho dos tropeiros, documentou a partida de expedições militares organizadas pelos fazendeiros contra os Kaingang (Helm,C.& Tadeu, L. 1996).

4 - O histórico da ocupação da Bacia do rio Tibagi foi descrito e interpretado exaustivamente nos Estudos do Inventário de Impacto Ambiental/98 e no Laudo antropológico elaborado pela Dra. C.Helm, 1998.

Acervo ISA

João da Silva Machado, o Barão de Antonina, em 1840, se apossou de terras de ocupação indígena, junto ao rio Tibagi. Mais tarde, entregou a sua fazenda ao Governo do Império, para que implantasse o aldeamento indígena de São Jerônimo.

Os Kaingang aldeados em São Jerônimo eram do grupo do cacique Manoel Aropquimbé e somavam 78 indivíduos. Também foram aldeados 112 do grupo do cacique Caurú e 95 do cacique Gregório. Frei Luiz de Cimitille foi diretor do aldeamento de São Jerônimo.

Boutin (1977) registra que, em 1864, havia uma população indígena constituída de 270 Guarani (Kayoá) e 330 Kaingang (Coroados) aldeados em São Pedro de Alcântara. Este aldeamento foi dirigido por Telêmaco A. Borba. No aldeamento de São Jerônimo, em 1870, os Kaingang somavam 46 indivíduos.

Também relata que um grupo Guarani, chefiado pelo cacique Cariri e um de Kaingang, liderado pelo cacique Carneiro viviam nas margens do rio Tibagi, fora dos limites do aldeamento.

As terras do aldeamento indígena de São Jerônimo que haviam sido reservadas para os Kaingang, em 1875, voltaram a ser ocupadas por não índios, devido a uma decisão de Frei Luiz de Cimitille, que solicitou ao Governo da Província e ao Diretor dos Indios, para que fossem concedidos títulos de arrendamento às famílias de *"brancos"* residentes no aldeamento (Cavalcanti, 1924: 10).

Frei Luiz de Cimitille dirigiu o aldeamento de São Jerônimo, Telêmaco Borba, o de São Pedro de Alcântara e, de acordo com Helm ,*"os relatos de ambos sobre os modos de vida dos indígenas são úteis, para o conhecimento dos grupos indígenas do Tibagi"* (Helm,C. 1998).

Os conflitos entre os Kaingang e os novos povoadores que invadiram seu território eram frequentes na região, desde o início do contato

Acervo ISA

(Helm,C.& Mota, L.,1996).

Nos primeiros anos do Governo da República, as Terras Indígenas de São Jerônimo continuaram a ser invadidas por não índios.

O Serviço de Proteção aos Índios, SPI, em 1924, denunciou a invasão das TI de São Jerônimo (Helm, C.& Mota, L. 1996).

Os Kaingang do rio Tibagi enfrentam invasões de seu território, desde o final do século passado, até os dias atuais. Ocorreu um movimento indígena, para a expulsão dos intrusos de suas terras (Helm, C.1996).[5]

Os indígenas da Bacia do rio Tibagi se preocupam com a manutenção de seus espaços territoriais, devido às perdas de terras e de matas primárias que ocorreram em passado recente.

Os mapas que ilustram este Estudo Integrado indicam que as terras ocupadas pelos Kaingang e Guarani do rio Tibagi foram reduzidas, devido a projetos de colonização do governo, tanto no período do Império, como na República

A notícia de que uma parte de suas terras poderia ser alagada, devido ao Projeto da construção de Usinas Hidrelétricas no Tibagi, causou preocupação e estresse entre as lideranças indígenas, os velhos e os adultos. Estão se organizando e criaram uma Comissão formada de autoridades indígenas e dos delegados regionais da FUNAI com a finalidade de acompanhar os estudos, discussões e decisões sobre a eventual implantação das Usinas na Bacia do rio Tibagi.

5 - Os intrusos das Terras Indígenas do município de São Jerônimo da Serra, PR. se autodenominam "posseiros" e são assim chamados pelos habitantes da região.

Acervo ISA

O Território dos Kaingang e dos Guarani

A Bacia do rio Tibagi, de acordo com as fontes históricas, mapas antigos e a memória indígena é a área de ocupação tradicional desses povos. As terras de campos e de matas eram os locais onde erguiam os seus toldos, os seus acampamentos e as suas aldeias.

Os primeiros povoadores não índios localizaram grupos indígenas nos caminhos que percorreram, para transportar o gado nos planaltos do Paraná, catar pedras preciosas no leito do rio Tibagi e seus afluentes e, ainda, ocupar terras com fazendas de criação e invernadas, no território tradicional indígena (Pinheiro Machado, apud Helm, C. 1974).

Expedições militares e religiosos também entraram nas matas do Paraná, para a *"ocupação dos sertões do Tibagi"* , para promoverem a conversão dos indígenas e estabelecerem aldeamentos e colônias militares[6].

Os indígenas da Bacia do rio Tibagi se referem à Serra de Apucarana e aos rios que banham as suas terras, como os locais em que nasceram e se estabeleceram os primeiros Kaingang, de acordo com o mito de origem de seus ancestrais[7] e de onde retiram uma parte de sua sobrevivência e madeira para a construção de suas habitações.

Também se referem aos seus parentes que estão espalhados pelas cinco Terras Indígenas, como *uma só gente*. Conseguem identificar os de sua parentela que estão aldeados nas Áreas Indígenas do rio Tibagi.

Para os estudos antropológicos, a Bacia do rio Tibagi é o território

6 - Consultar Helm, C. 1974 e 1998; Mota, L.1994.

7 - Borba, T. registrou o mito de origem dos Kaingang em seu livro : Actualidade Indígena, 1908.

Acervo ISA

indígena, onde ocorrem as relações de parentesco e sociais (Helm, C.1998).

A terra representa a base da organização social e está diretamente ligada ao sistema de crenças. O território evoca a história do grupo, a história do contato com os *brancos*, a memória de cada sociedade, seus mitos, relações de parentesco, sistemas de alianças políticas e econômicas entre aldeias e com os *brancos* (Helm, C. 1996 e 1998).

Os Direitos dos Povos Indígenas

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegurou aos indígenas *os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam*. Essas terras *destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes*.

No seu Capítulo VIII, Dos Índios, determina a CF/88:

Art.231. *São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*

 # 1 São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em carater permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Acervo ISA

 # 2 As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
 # 3 O aproveitamento dos recursos hídricos, incluindo os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas...

.

Apesar de se encontrar tramitando no Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 2.057 de 1991,que dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas e contém um capítulo regulamentando a exploração dos recursos hídricos em terras indígenas, a proteção e o reconhecimento dos direitos específicos das populações indígenas ainda se encontram vinculados à Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

A Constituição Federal e a Questão Ambiental

A Constituição de 1988 foi a primeira na história do Brasil a tratar da questão ambiental. Entre outras determinações tornou obrigatória a realização de estudos de impacto ambiental, quando da instalação de obras ou empreendimentos hidrelétricos.

A Política Nacional do Meio Ambiente foi instituída pela Lei Federal n.6.938 de 31 de agosto de 1981. De acordo com Neves da Cunha, E.C. e Bertucci, R.S.(1996) *foi a primeira tentativa de estabelecer-se princípios, objetivos, metas, instrumentos e penalidades em um único diploma legal, a fim de implementar uma política de preservação do meio ambiente e da qualidade de vida em todo o terri-*

Acervo ISA

tório brasileiro. Esta Lei foi alterada em alguns de seus dispositivos, através das Leis n. 7.804 de 18 de julho de 1989 e n. 8.028 de 12 de abril de 1990 (Helm, C.1998 b.).

O Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA é um órgão consultivo e deliberativo e tem a função de definir as diretrizes da política nacional ambiental. Sua competência é bastante ampla. A obrigatoriedade do estudo de impacto ambiental para o licenciamento de obras que modificam o meio ambiente, como a exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, foi fixada através da Resolução n. 001/86 que foi alterada, em 11 de dezembro de 1997, em reunião que aprovou a Resolução n. 237 com novas normas para o licenciamento ambiental (Helm, C. 98, 19).

Também o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, IBAMA, é um órgão executor da Política Nacional do Meio Ambiente e atua no caso de Projetos de Usinas Hidrelétricas, para dar parecer nos estudos de impacto ambiental e acompanhar a execução dos programas ambientais e sociais.

Ainda é importante mencionar a Lei n. 7.347 de 24 de julho de 1985 que disciplina a ação civil pública por danos causados ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, histórico, turístico e paisagístico e outros interesses difusos e coletivos. As associações que contenham em seus estatutos a proteção ambiental podem acionar esta Lei. O Ministério Público atua em defesa dos direitos difusos e coletivos.

Atividades de campo e reuniões nas Áreas Indígenas da Bacia do rio Tibagi

A equipe que realizou as visitas às cinco Áreas Indígenas de novem-

Acervo ISA

bro de 1997 até o mês de fevereiro de 1998 e produziu os EIA-RIMAS, referentes aos Projetos da COPEL e de seus parceiros, para o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Tibagi, esteve sob a responsabilidade da antropóloga Maria Fernanda Maranhão[8].

Os inventários produzidos se referem às Usinas Cebolão e São Jerônimo que fazem parte do Projeto da COPEL, para a construção de quatro empreendimentos no rio Tibagi.

Os estudos antropológicos conceberam os povos indígenas, Kaingang e Guarani, como sociedades singulares em um contexto histórico em que se processam as relações de contato entre índios e não índios. Interpretaram as relações sociais que ocorrem na Bacia do rio Tibagi, território de ocupação tradicional dos indígenas.

Os impactos potenciais das Usinas para os povos indígenas e meio físico onde vivem foram interpretados com base no conceito de impacto global.

O olhar antropológico se estendeu por toda a Bacia do rio Tibagi. Foi realizada uma caracterização detalhada de cada Área Indígena e apresentada a especificidade da Terra Indígena São Jerônimo, constituída de três etnias indígenas: os Guarani, os Kaingang e uma família de índios Xetá.

Os dados dos censos foram cedidos pelos técnicos das administrações regionais da Fundação Nacional do Índio de Londrina e de Guarapuava, localizadas no estado do Paraná.

Em cada Área Indígena foram realizadas entrevistas detalhadas nas sedes dos Postos e nas Escolas de cada aldeia com líderes indígenas, professores e informantes que se dispuseram a colaborar, fornecendo dados significativos sobre os seus sistemas organizativos, práti-

8 - M.F.Maranhão é mestre em Antropologia Social, UFPR, técnica do setor de Etnologia Indígena do Museu Paranaense da SEC/PR.

Acervo ISA

cas culturais, a organização da produção agrícola, migração para o trabalho, como diaristas ou em empreitadas temporárias fora do Posto Indígena. Também alguns índios mais velhos relataram estórias que ouviram de seus avós sobre as relações que estabelecem com o meio ambiente, plantas que apanham nas matas, denominações das metades Kaingang, marcas usadas nos rituais, lendas sobre os rios e as matas.

Em cada Terra Indígena foi realizada uma visita ao cemitério onde enterram os seus mortos. O início da pesquisa de campo coincidiu com a homenagem que os regionais fazem aos mortos no dia 2 de novembro. Foi observado que na Área Indígena São Jerônimo os Kaingang e Guarani enterram os seus mortos no cemitério localizado na cidade homônima, situada a um quilômetro da Área Indígena. Também foi registrado que seguem o calendário e as homenagens usadas pelos brancos.

Em cada enfermaria foram observadas suas instalações e anotadas as doenças mais comuns e aquelas que tiram a vida de crianças e de velhos, devido a situação de pobreza em que vivem os indígenas nas Áreas do Tibagi. Também foi discutido o problema do alcoolismo nas Áreas Indígenas.

Relataram sua dependência da produção de artesanatos que levam para vender em cidades próximas, principalmente em Londrina, para onde se dirigem de caminhão, carregando os balaios, o fogareiro para cozinhar , lampeão ou velas e plástico (denominam lona) para armar suas barracas em acampamentos provisórios que erguem em terrenos baldios da Prefeitura, na Av. Dez de Dezembro ou às margens do Igapó II. Deixam suas Áreas autorizados pelo cacique e pelo chefe do Posto Indígena.

Foram realizadas entrevistas com alguns índios e índias que estavam acampados (cerca de quarenta famílias), no mês de dezembro de 1997, na Av. Dez de Dezembro, na cidade de Londrina. O Projeto

Acervo ISA

das Usinas foi descrito para os indígenas que manifestaram preocupação a respeito da sua construção. Também fizeram perguntas sobre se receberiam indenizações, caso as Usinas viessem a ser aprovadas e construídas.

Em cada Terra Indígena foram realizadas caminhadas pelo interior da mata e beira dos rios seguindo trilhas usadas pelos indígenas que serviram de guias, sendo que um funcionário da FUNAI sempre acompanhou a equipe, para prestar informações, muitas vezes, fazendo perguntas sobre as Usinas, áreas dos alagamentos, localização do canteiro de obras e eventuais perdas de terras.

Também foi visitado o local onde está projetado o eixo da barragem São Jerônimo, junto ao porto de areia e a pequena distância da sede da Área Indígena Apucarana. Há preocupação sobre a localização do canteiro de obras. Foi observado que do outro lado do rio Tibagi está situada a Área Barão de Antonina, portanto como será analisado no item sobre os impactos, tal localização irá afetar os índios de ambas as margens e, como foi definido, os impactos serão globais e cumulativos para os povos indígenas do Tibagi (Helm, C. 1998 e 1999).

Os líderes indígenas solicitaram os desenhos (mapas) das Usinas Cebolão e São Jerônimo, para visualizarem os contornos. Fizeram perguntas sobre as possíveis áreas a serem alagadas, perdas das corredeiras e das matas situadas junto ao rio Tibagi.

Foram realizadas reuniões em 1998, nas Áreas, com as autoridades de cada Posto, os professores, técnicos da FUNAI, pesquisadores de Universidades especialmente convidados, como a bióloga Nacir Marquesini[9] que participou de discussões nas Áreas Apucarana e São Jerônimo sobre as plantas medicinais usadas pelos índios da Bacia do rio Tibagi.

Especialistas em Educação Indígena do Grupo MIG do convênio

Acervo ISA

UEL/FUNAI acompanharam algumas discussões sobre a questão dos impactos nas Áreas Indígenas. Com a assessoria antropológica da Dra. Cecília Helm, que escreveu o Laudo, promoveram reuniões com os professores das cinco Terras, para que fosse realizado um livrinho sobre o rio Tibagi, Venh- Róg, para atender solicitação dos professores das Áreas Indígenas, para chamar a atenção das crianças, de seus pais e de seus líderes sobre a importância de ser discutida a questão dos Projetos das Usinas e seus impactos nas salas de aula do Tibagi.

A visita à Área Indígena Tibagi Mocóca contou com o apoio de um membro da Missão Cristianismo Decidido, que vive nas proximidades da Área Queimadas e dispõe de um Jeep que percorre as estradas da região que são intransitáveis em dias de chuva.

Os Kaingang que seguem os ensinamentos da Missão fizeram reuniões para discutir a questão da implantação das Usinas no rio Tibagi.

Técnicos do Departamento do Meio Ambiente da FUNAI estiveram nas cinco Áreas do Tibagi, realizando reuniões com os indígenas, ouvindo suas reivindicações e alertando sobre os possíveis impactos das Usinas. Registraram suas obsevações em *Relatório da Visita*, elaborado pela equipe técnica DEPIMA/FUNAI, 1998.

No mês de maio de 1998, em Londrina e na Área Indígena Apucarana foram realizadas reuniões em que os coordenadores dos EIA-RIMAS, engenheiros e sociólogos da COPEL apresentaram os Projetos das Usinas e relataram o teor dos Estudos de Inventário Ambiental. Também foi relatado de maneira sucinta o Laudo antropológico elaborado pela Dra Cecília Helm e feitas críticas à atual política de apoio aos povos indígenas, uma vez que as pesquisas revelaram a precariedade da situação sócio - econômica dos indígenas.

9 - Marquesini, N.1995 tratou em sua Dissertação de Mestrado, UFPR sobre as Plantas Medicinais Indígenas usadas nas Áreas dos estados do Paraná e de Santa Catarina.

Acervo ISA

A reunião na Área Apucarana foi prestigiada por autoridades federais, estaduais e municipais, professores de Universidades da região e da Federal do Paraná, indigenistas, técnicos da FUNAI e todos os líderes indígenas e chefes de Postos da Bacia do rio Tibagi. Representantes indígenas das cinco Áreas se deslocaram de ônibus para acompanhar as discussões, fizeram questionamentos e junto com os habitantes das duas aldeias da Área Apucarana apresentaram suas inquietações sobre os impactos das Usinas e seus direitos assegurados na Constituição Federal de 1988.

As reuniões foram inicialmente convocadas por órgãos do Governo e a partir do mês de maio, os líderes das cinco Áreas e os dois Presidentes dos Conselhos Indígenas do Norte e de Guarapuava, decidiram formar uma Comissão e passaram a se reunir dentro das Áreas para discutir entre eles, em suas próprias línguas e em português, a questão dos Projetos das Usinas que podem atingir suas Terras e causar impactos globais na Bacia do rio Tibagi. A deliberação dos líderes indígenas recebeu o apoio do então Presidente da FUNAI, Dr. Sulivan Silvestre OLIVEIRA e foi estimulada pela Assessoria de Assuntos Indígenas do Governo do Estado do Paraná.

Durante a Semana do Meio Ambiente promovida pelo Núcleo do Meio Ambiente da Universidade Estadual de Londrina, em 1998, foram discutidos temas relacionados com os Projetos de Desenvolvimento e proferida palestra pela Dra. Cecília Helm sobre os *Projetos Hidrelétricos e os Povos Indígenas no Estado do Paraná.* Foram abordados os Projetos das Usinas Cebolão e São Jerônimo e os impactos que podem ocasionar para os Kaingang e os Guarani da Bacia do rio Tibagi.

Também em 1996, a Coordenadoria de Projetos de Impactos Ambientais do Instituto Ambiental do Paraná promoveu, com a colaboração de Helm, um workshop sobre *A Implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil* que resultou do trabalho realizado em Áreas Indígenas afetadas por Projetos Hidrelétricos

acervo ISA

e também na Bacia do rio Tibagi, devido ao Projeto da COPEL de construir sete empreendimentos que fazem parte do Plano Nacional de Energia Elétrica da ELETROBRAS/ANEEL.

Especialistas de Universidades do Sul do Brasil participaram das investigações, notadamente, Sílvio Coelho dos Santos e Cecília Helm, que coordenou as pesquisas e a produção do Relatório, publicado pelo IAP/GTZ em 1998.

Durante o workshop foram apresentados os impactos que podem ocorrer nas Terras Indígenas devido às mudanças que as Usinas, se forem implantadas, irão causar ao meio ambiente e aos sistemas organizativos dos povos indígenas. Também seus valores, sistema simbólico e práticas culturais deverão sofrer significativas mudanças.

Caracterização sócio econômica das cinco Áreas Indígenas

As cinco Áreas Indígenas da Bacia do rio Tibagi estão localizadas: de São Jerônimo e Barão de Antonina, no município de São Jerônimo da Serra; a Área Apucarana, no município de Tamarana e as Áreas Queimadas e Tibagi Mocóca, no município de Ortigueira, norte do estado do Paraná.

Os Kaingang (Jê) e os Guarani (Tupi- Guarani) são os povos indígenas que habitam tradicionalmente essas Áreas. Há uma família de índios Xetá que vive na Área Indígena São Jerônimo. São 2.100 (dois mil e cem) índios, sendo que os Kaingang constituem a maioria da população. Os Kaingang também vivem no oeste e sudoeste

Acervo ISA

do Paraná, nos estados do sul do Brasil e em São Paulo.

A denominação Kaingang surge na literatura, a partir de 1882, nos relatos de Telêmaco Borba e de Frei Luiz de Cimitille. O termo Kaingang para este povo significa índio o qual se opõe à branco e unifica este grupo étnico, como autodenominação e o diferencia de outros povos. Os Kaingang falam a sua própria língua e o português.

Apesar das mudanças que têm ocorrido, devido às relações de contato que mantém com os regionais, os Kaingang contemporâneos são um grupo étnico distinto. Cada Kaingang tem o seu nome indígena e o nome e sobrenome em português, sabe qual é a sua marca e o seu lugar na metade do seu pai (Helm, C., 1996).

Os Kaingang formam um grande grupo organizado e estão unidos por laços de parentesco, valores, ajuda mútua em atividades relacionadas com os seus roçados, construção de suas casas, cuidados com os velhos, as viúvas e os doentes.

Adotam o sistema de troca de dias nas tarefas que desempenham nas roças e fazem um rodízio no uso do *caminhão da comunidade* para se deslocarem para Londrina, para a venda de sua produção de artesanatos.

Os Guarani que vivem nas Terras do Tibagi constituem uma pequena parcela, uma vez que os Kaingang estão espalhados por todas as aldeias e são a maioria da população.

Os Guarani, de acordo com Almeida (1995), têm como base de sua cultura o mítico, o sobrenatural e o religioso. Os limites de uma aldeia Guarani são definidos pelas famílias que pertencem a ela, através de referências geográficas, rios, montanhas e matas.

Há três índios Guarani na Área Barão de Antonina e são mais repre-

Acervo ISA

sentativos na de São Jerônimo, em que uma significativa parcela dos 358 índios aldeados se identifica como Guarani.

A **Área Indígena São Jerônimo**, localizada nas terras da antiga Fazenda São Jerônimo está cercada pela cidade homônima situada a um quilômetro da sede do Posto Indígena. A área original sofreu retaliações e foi novamente demarcada no Governo Collor de Mello, em 1991. Está reduzida a 1.342,62 ha de toda a área de ocupação tradicional indígena (Helm, C. 1998, 23).

Nesta área há casamentos de índios Kaingang com Kaingang, de Kaingang com Guarani; de Kaingang com não índios; de Guarani com Guarani e de Guarani com não índios. A língua falada por todos é o português, informam as autoridades indígenas.

O índio Guarani, Nelson Vargas casado com uma Kaingang é o cacique nos dias de hoje. Apesar do número de índios Kaingang ser a maioria da população, os Kaingang e os Guarani escolheram um Guarani, para ser a autoridade indígena desta Área (Helm, C. 1998,23).

Uma peculiariedade desta Área registrada no Laudo antropológico escrito pela Dra. Cecília Helm trata sobre a distribuição espacial da população Kaingang e Guarani, no interior dessa Terra Indígena. "*Em outras Áreas*", escreve Helm, "*constatamos que os Kaingang estão reunidos em aldeias separadas dos locais, onde estão espalhadas as casas e as roças dos Guarani. Em São Jerônimo, ficaram tão encurralados que não há espaço físico, para uma aldeia Guarani estar situada a considerável distância dos locais em que estão reunidos os Kaingang. A proximidade espacial tem gerado casamentos intraétnicos, que não são comuns entre os Kaingang e os Guarani* "(Helm, C. 1998, 24-5).

O ambiente físico da Área São Jerônimo está descaracterizado. Há capoeiras e mata secundária. Uma pequena faixa de floresta primá-

Acervo ISA

ria ainda ocorre, junto ao Salto São Pedro, formado pelo rio do Tigre. As roças dos índios estão espalhadas pela maior parte da Área. A fauna se caracteriza por uma diversidade de mamíferos e aves.

As fotos do livro de C.Lévi-Strauss (1994) que mostram a floresta densa de madeiras registrada durante sua viagem pelo interior do Brasil, na década de trinta, e especificamente sobre São Jerônimo, documentam o quanto foi devastada a área tradicional dos índios, nos períodos do SPI/FUNAI.

A **Área Barão de Antonina** é um desdobramento da antiga Fazenda São Jerônimo e junto com a Área São Jerônimo formavam uma só Reserva Indígena denominada Barão de Antonina, que foi tomada pelos novos povoadores do Tibagi e edificada a cidade de São Jerônimo da Serra. Também sofreu invasões constantes de vizinhos que se apoderaram de uma parte da Área e se estabeleceram durante longos anos no local denominado Cedro. Recentemente, os intrusos foram expulsos da Área Barão de Antonina, devido a mobilização dos Kaingang que apoiados por índios de outras Áreas conseguiram reocupar o Cedro. Também os líderes conseguiram mostrar às autoridades competentes (MPF) a documentação que possuem da Área que prova se tratar de Terra Indígena invadida por não índios.

A Área Barão de Antonina está localizada no distrito de São João do Pinhal e a uma distância de 11 km da cidade de São Jerônimo da Serra, em um dos municípios mais pobres do Paraná. Possui 3.750,72 há. Sofreu várias retaliações e foi demarcada em 1991.

Ocorreram vários conflitos entre os índios e seus vizinhos. Durante o período de campo, as pesquisas nesta Área foram prejudicadas pelo ambiente de tensão que tomou conta dos índios e culminou com a morte do líder dos invasores. Também os índios da Terra Barão de Antonina expulsaram o chefe do Posto Indígena, o Presidente do Conselho Indígena do Norte do Paraná e o cacique, todos da etnia Kaingang, porque estavam envolvidos com arrendamentos

Acervo ISA

da terra indígena, para vizinhos da Área. Foram transferidos para outras Áreas Indígenas.

O Presidente do Conselho Indígena do Norte do Paraná passou a ser o índio Kaingang Lourival Oliveira que é da Área Apucarana. Lourival acompanhou todas as visitas das equipes de Antropologia e participou das reuniões que, em 1998, trataram da questão dos Projetos da COPEL, para a Bacia do rio Tibagi e que potencialmente atingem as cinco Áreas Indígenas.

As áreas de matas da Terra Indígena Barão de Antonina foram devastadas devido aos projetos de desenvolvimento da FUNAI e dos invasores que retiraram as madeiras de lei que existiam nesta Área. Também os arrendamentos de terras praticados por administradores índios e não índios contribuíram para que as matas primárias fossem devastadas.

As Terras Indígenas localizadas no município de São Jerônimo da Serra se caracterizam por um relevo ondulado, com áreas de planícies, morros e vales. O ambiente natural está descaracterizado. Há capoeiras e florestas secundárias. Pequenas faixas de florestas primárias ocorrem (Ziller, S. 1998). A maior riqueza ambiental são as matas ciliares que abrigam espécies de plantas, animais e estão localizadas junto ao rio Tibagi e seus afluentes (Helm, C.1998).

A Área Barão de Antonina tem as suas divisas delimitadas por rios. O mais importante é o rio Tibagi seguido do seu afluente o rio do Tigre.[10]

A população indígena dessa Área foi reduzida devido aos atritos que ocorreram recentemente e que levaram várias famílias a solicitar transferência para outros Postos do Tibagi.

10 - Consultar o capítulo do Relatório para o IAP escrito por Helm, C. & Mota, Lúcio sobre a Usina Hidrelétrica Cebolão e os Índios das Áreas São Jerônimo e Barão de Antonina, 1996, que trata detalhadamente da caracterização ambiental desta Área.

Acervo ISA

Os primeiros dados de censo da FUNAI de Londrina se referiam a mais de 350 índios na Terra Barão de Antonina que foram reduzidos a 236 índivíduos, devido às transferências.

A **Área Indígena Apucarana** se localiza nas proximidades das cidades de Tamarana e Lerroville e recebe o apoio da Prefeitura de Londrina. As Áreas de São Jerônimo, Barão de Antonina e Apucarana estão vinculadas à administração regional da FUNAI de Londrina.

A Área tem 5.574,00 há. É delimitada por rios: o Tibagi, o Apucarana e o Apucarananinha onde se localiza o Salto do Apucarananinha, atração turística da região.

Trata-se de uma Terra habitada principalmente por índios Kaingang que preservam o costume de falar a sua língua. São 1.100 índios que estão distribuídos em duas aldeias e procuram preservar seus valores, seus mitos, suas relações simbólicas com os rios e com as matas, mas que também dão grande importância aos bens incorporados dos "brancos".

Deslocam-se para a cidade de Londrina com frequência e levam a sua produção de artesanatos para ser trocada por objetos que aprenderam a consumir. Valorizam o uso da energia elétrica, possuem aparelhos de TV, antenas parabólicas, geladeiras, fogão à gás, rádios, aparelhos de som, vídeos e aspiram conseguir um computador para a secretaria da Escola da aldeia sede.

A COPEL instalou, há vários anos, uma pequena Usina Hidrelétrica junto ao rio Apucarananinha e arrendou uma parte das Terras Indígenas. Este acordo possibilitou que os indígenas recebessem anualmente uma porção de dinheiro que lhes permite contratar auxiliares, fazer pequenas despesas e comprar um caminhão que serve para transportar doentes, as famílias que se deslocam para as cidades para a venda de seus artesanatos, os índios que integram o time de futebol e disputam partidas com os times de outras Áreas e as famílias

Acervo ISA

que saem para visitar parentes e compadres, devido às fortes redes de parentesco e solidariedade que ocorrem por toda a Bacia do rio Tibagi.

Outra peculiariedade desta Área é a exploração do Porto de Areia que permite aos índios uma pequena renda para despesas e que não são apoiadas pela regional da FUNAI de Londrina.

Esta Área é servida por estradas de acesso que são de macadame. Pela BR-376 se entra para Tamarana. Desta cidade, uma estrada bem conservada conduz à sede do Posto Indígena. Há ônibus municipal que faz o percurso de Apucaraninha até Londrina. O ônibus tem os seu ponto final dentro da aldeia sede.

As Áreas Indígenas Queimadas e Tibagi Mocóca estão localizadas no município de Ortigueira e subordinadas à administração regional da FUNAI de Guarapuava.

A Área Indígena Queimadas, antigo Posto Coronel Telêmaco Borba, está localizada no município de Ortigueira, na margem esquerda do médio rio Tibagi, entre os seus afluentes Lageado Bonito e rio Barra Grande. A AI Mocóca, que era até pouco tempo atrás o Sub-Posto Mauá, também está situada no mesmo município e próxima à Natingui. Até a retaliação das Terras Indígenas, em 1949, formavam uma só Reserva habitada por índios Kaingang.

A AI Queimadas possui 3.081,3739 há e a de Mocóca 848,7600 há. O relevo é ondulado. O acesso se faz por estrada de chão da Rodovia do Café, BR- 376 até a sede do PI. São 800 metros. Para chegar à Mocóca se percorre sessenta quilômetros desde a cidade de Ortigueira, em estrada de chão que não apresenta conservação.

Os indígenas dessas duas Áreas falam a língua Kaingang, preservam valores e práticas de sua cultura, apesar do contato que mantém com seus vizinhos e com administradores e autoridades municipais.

Acervo ISA

Também visitam parentes em outras Áreas do Tibagi, participam de encontros festivos, de partidas de futebol e se deslocam para os acampamentos de Londrina para vender seus artesanatos. Durante a pesquisa de campo realizada no mês de fevereiro de 1998, na AI Queimadas, foram mostradas fotos dos índios acampados no mês de dezembro, na cidade de Londrina, e alguns índios identificaram parentes seus entre os acampados.

As terras estão desgastadas pelas queimadas anuais que os índios fazem para preparar o terreno para as suas roças de subsistência pelo sistema de coivara.

A região era conhecida como o *sertão central do Paraná* até as primeiras décadas deste século. Helm, em suas pesquisas pelo interior do Paraná na década de setenta, relatou que *a maior parte da reserva florestal que cobria esta Área foi devastada, principalmente a mata de Araucária angustifolia e as melhores terras foram cedidas aos novos povoadores. Os índios viviam em terreno acidentado e pouco fértil* (Helm, C. 1974, 113).

Os Kaingang sofreram, nos últimos anos, os impactos sociais e ambientais provocados pela RFFSA, que cortou em 1986 uma parcela da Área. Foram construídos trilhos para passagem dos trens da Ferrovia Atlântico Sul. Já aconteceram vários acidentes com vítimas entre a população indígena. Reivindicam uma melhor indenização e querem atualizar o acordo firmado anteriormente. Há uma forte expectativa entre eles sobre o entendimento entre os procuradores da FUNAI e da Empresa que foi privatizada.
A Empresa Klabin arrenda grandes extensões de terra nas vizinhanças da TI Mocóca, para plantações de eucaliptos, para a sua fábrica de papel e apoia programas de proteção ao meio ambiente e recuperação do ecossistema (Helm, C. 1998, 43).

Os Kaingang da AI Queimadas também aguardam a construção de uma tenda de artesanatos ou centro comercial junto a BR 376, que

Acervo ISA

fez parte do acordo com a Empresa Rodonorte que cobra pedágio nas proximidades de sua Área e que ainda não cumpriu os termos do Acordo firmado com a FUNAI.

A situação dos índios desta Área é precária, o plantio de milho e de feijão é pequeno e não há excedentes para o mercado, sendo a produção das roças para atender o consumo das famílias indígenas.

O Governo Federal destina ao PI Queimadas uma pequena verba, por ano, que de acordo com a administração da FUNAI de Guarapuava é pouca para cobrir despesas com saúde, educação e setor produtivo.

A confecção de artesanatos é a atividade principal. Rende recursos para a aquisição imediata dos bens que necessitam comprar nas vendas e casas comerciais de Ortigueira.

As Áreas Indígenas da Bacia do rio Tibagi possuem uma infra-estrutura semelhante, constituída de um escritório da administração da FUNAI, uma ou duas aldeias, com uma Escola cada, que recebe apoio do Governo do Estado e da Prefeitura municipal, para a contratação de professores. Há enfermarias equipadas com remédios. A Área Apucarana dispõe de uma enfermaria bem montada e pessoal contratado. Equipes da FUNAI e da Prefeitura de Londrina dão atendimento periódico aos enfermos da Área e das vizinhanças do PI.

A AI Tibagi Mocóca não possui infra-estrutura satisfatória e o chefe do PI de Queimadas responde pela Área. Não há enfermaria e veículo apropriado para percorrer a estrada quase intransitável que liga a cidade de Ortigueira à Área Mocóca. Os índios se deslocam até Natingui a cavalo e a pé e, em casos mais graves, o responsável pelos trabalhos da Missão nesta região é chamado e de Jeep costuma apanhar os doentes e conduzi-los até o hospital de Ortigueira.

Acervo ISA

Na Área Queimadas a Escola do Posto está em condições precárias e a professora e seus alunos reivindicam uma construção em melhores condições e com mais de duas salas de aula.

Em cada AI há uma construção de madeira que denominam clube e que serve para reuniões, bailes e para velar defuntos.

Há galpões para armazenar os cereais e abrigar veículos das Áreas Indígenas. Também existe uma cadeia, para prender os índios que sofrem penalidades e infringem as regras.

Em cada Terra Indígena há igrejas de vários credos, sendo comum existir a católica e mais de uma de crentes. Na Área Apucarana, como foi relatado, há uma moderna construção administrada pelos índios que são seguidores da Missão Cristianismo Decidido e, em Queimadas, frequentam também a casa de orações desta igreja. A Assembléia de Deus também possui templos nas Áreas Indígenas.

Os Kaingang e os Guarani do Tibagi sobrevivem de pequenas roças de subsistência que variam de um a quatro alqueires de tamanho e da venda da força de trabalho para os seus vizinhos, os sitiantes da região, à razão de $5 ou 6,00 reais a diária. Trabalham em pequenas empreitadas contratadas pelos "gatos" da região e produzem artesanatos, para a venda em barraquinhas nas rodovias e nos acampamentos que erguem em Londrina. Também costumam vender orquídeas, a rainha do abismo e outras plantas ornamentais que são apreciadas pelos brancos.

Foi constatado que uma parcela da população indígena está aposentada pelo FUNRURAL. Também sobrevivem às custas das cestas básicas que recebem de programas sociais do Governo, porque a população dos municípios de Ortigueira e São Jerônimo da Serra é muito pobre, bem como os índios destas Áreas passam por períodos de penúria.

Acervo ISA

Em cada Área há energia elétrica instalada nas construções da sede e poço artesiano.

Os prédios das Escolas são bem construídos, com exceção das Áreas de Queimadas e Mocóca. O Governo Estadual repassa recursos e os municípios devem dar atendimento às Escolas, devido aos acordos com o Governo Federal e recursos que recebem através do ICMS ecológico.

As Prefeituras de Londrina e de São Jerônimo da Serra dão apoio aos povos indígenas da Bacia do rio Tibagi. Há uma queixa de que em Ortigueira os índios não estão recebendo o quinhão relativo ao ICMS ecológico.

Os Conselhos Indígenas do Norte do Paraná e de Guarapuava estão atentos quanto aos direitos dos indígenas e decisões a serem tomadas sobre os Projetos da COPEL, para a Bacia do rio Tibagi.

As cinco Áreas Indígenas também possuem Associacões para angariarem recursos para seus projetos.

Os Indígenas, o Meio Ambiente e os Projetos Hidrelétricos

Os indígenas do estado do Paraná e de outras regiões do Brasil habitam junto aos rios e matas, de onde retiram seus alimentos, matéria prima para a construção de suas casas e confecção de seus artesanatos, escreveu Helm (1998, 47). Há grupos junto aos rios Iguaçu, Ivaí, Paraná, Tibagi e seus afluentes.

Acervo ISA

A flora e a fauna integram o universo mítico dos índios Kaingang da Bacia do rio Tibagi. Os indígenas escreveram em seu livrinho, Venh Róg, rio Tibagi, uma estória que é narrada de pai para filho sobre a origem do nome que deram ao rio (Venh-Róg, UEL/Grupo MIG/ FUNAI, 1998).

Costumam identificar plantas nas matas que estão relacionadas com o sistema tradicional de metades dos Kaingang. Também os Guarani usam plantas medicinais, como descreveu Marquesini.

Procuram preservar a pesca tradicional com pari que realizam nos meses de inverno e informaram que hoje se transformou em uma atividade de lazer.

A paisagem dos vales e as corredeiras do rio são de valor inestimável para os povos indígenas que revelaram em seu discurso uma grande nostalgia, quando informados sobre os eventuais Projetos Hidrelétricos para o rio Tibagi.

Por outro lado, têm interesse em obter informações sobre tais projetos para discutir entre eles se devem ou não concordar com a intervenção e os riscos que tais obras podem causar para eles e o meio ambiente que os cerca.

Os Impactos das UHs para os Povos Indígenas.

Um estresse tomou conta dos indígenas depois que ficaram informados de que há um Projeto de construção de quatro empreendimentos, para o aproveitamento do potencial hidrelétrico da Bacia do rio Tibagi.

Acervo ISA

Estão preocupados com as modificações na paisagem natural e com o desaparecimento das corredeiras que significa também a perda da pesca tradicional com pari e das matas ciliares que vão ser inundadas. Também vão desaparecer algumas espécies de plantas, aves, pequenos animais e de peixes e ainda o porto de areia, cuja exploração implica em algum rendimento para os indígenas.

Estão conscientes que as alterações no meio ambiente e os eventuais impactos significam mudanças nos modos de ser, nas suas práticas culturais e relações simbólicas que estabelecem com os rios e as matas.

Vão necessitar conviver com um contigente de população estranha que será deslocada de outras regiões e que ocupará os canteiros de obras e dormitórios. Estão preocupados com suas mulheres e jovens índias. Disseram que as doenças trazidas pelos de fora podem contaminar a população das aldeias.

O deslocamento de máquinas e o asfaltamento das estradas de acesso às Áreas significam contatos e experiências de vida e práticas culturais novas. As pontes que possam ser construídas no rio Tibagi vão permitir o acesso mais fácil entre as Áreas e para os indivíduos que se deslocarem para a região.

Também estão preocupados com as áreas a serem alagadas e solicitaram que marcos fossem colocados nos locais onde vão ser inundadas as suas terras.

Pensam que não podem perder mais áreas de terras, porque a população de jovens e de crianças é significativa e se concordarem com as Usinas, pretendem exigir a reposição das áreas a serem alagadas, em quantidades maiores, com vistas às novas gerações.

Estão muito atentos quanto aos seus direitos e têm procurado apoio entre os Procuradores da República nas sedes das Procuradorias,

Acervo ISA

para receber informações e orientação quanto aos procedimentos a serem adotados.

Os líderes querem a melhoria das condições de vida de toda a população que está atravessando um período difícil, em que as verbas federais são escassas e faltam recursos para seus projetos, principalmente para o exercício da cidadania e da autonomia dos povos indígenas.

A Comissão dos líderes indígenas está se reunindo regularmente, desde que começaram em 1998 as discussões sobre os Projetos Hidrelétricos e pretende tomar decisões, depois de muita informação, e de esgotar os temas dos debates que hoje ocorrem nas Áreas Indígenas, nas sedes de delegacias da FUNAI, em Universidades, nos escritórios da COPEL, das Procuradorias da República e no Ministério Público Estadual.

As Usinas e os alagamentos das Áreas Indígenas

Os líderes indígenas solicitaram dados precisos sobre os eventuais alagamentos em suas terras. Sabem que a Terra Apucarana corre mais riscos, tendo em vista que a área a ser alagada está prevista em 300 alqueires. A Área Mocóca em 7,02. alqueires. As duas Áreas devem ser afetadas pela Usina São Jerônimo cujo eixo da Barragem está projetado para ser construído nas proximidades da sede da Área Apucarana. Por outro lado, de acordo com o conceito de impactos globais utilizado nos estudos antropológicos, esta Usina irá ocasionar impactos nas outras Áreas, tendo em vista que a TI Barão de Antonina está situada do outro lado do rio Tibagi, como se pode

Acervo ISA

observar nos mapas que ilustram este Relatório.

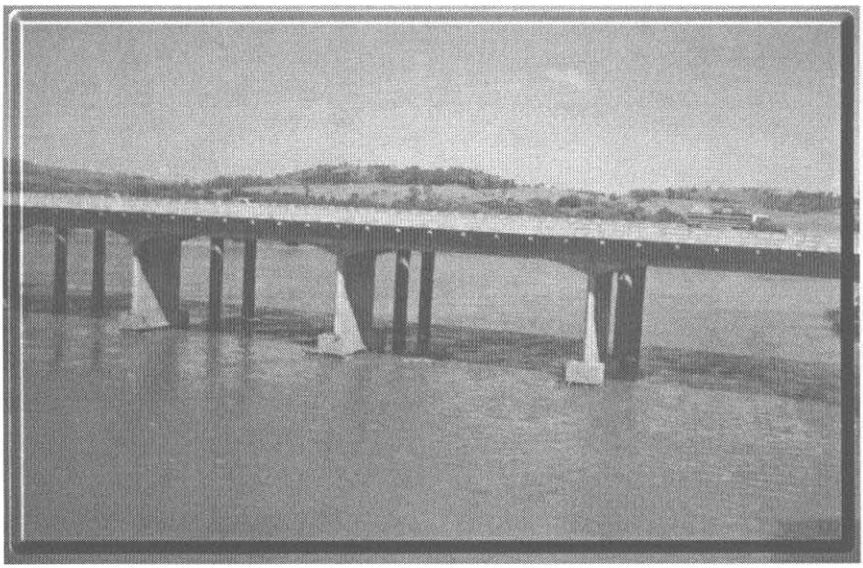
A Área Barão de Antonina deve ser alagada numa extensão de 20,40 alqueires. A Usina Cebolão que irá alagar uma parte desta Terra, irá causar também impactos nas outras Áreas da Bacia do rio Tibagi.

Devido a singulariedade dos povos indígenas, as relações sociais que mantém por toda a Bacia do rio Tibagi vão ser alteradas, se as Usinas forem implantadas. Os impactos serão globais, afetando os seus sistemas organizativos e as relações simbólicas que estabelecem com os rios e as matas e também as suas práticas culturais.

Acervo ISA

Documentação Fotográfica:
Fotos: C. Helm.

Nascente do Rio Tibagi

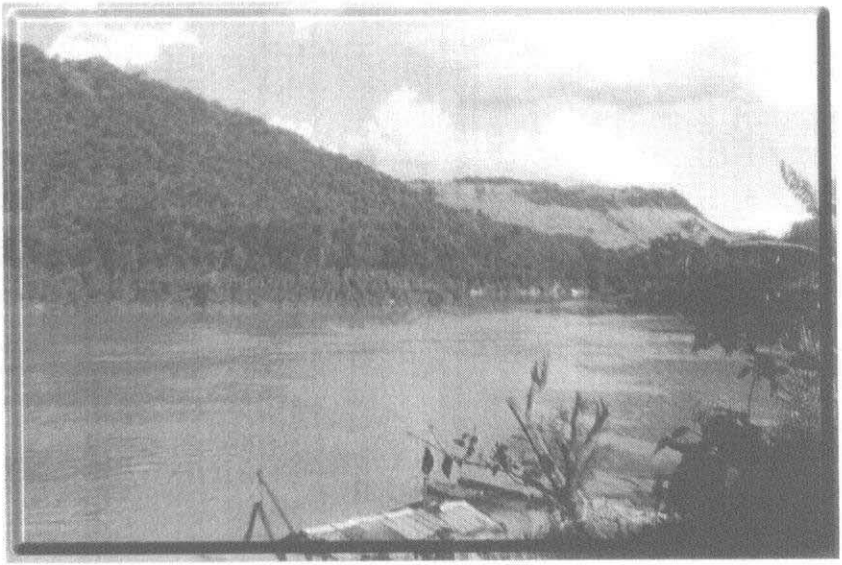


Rio Tibagi - Jataizinho

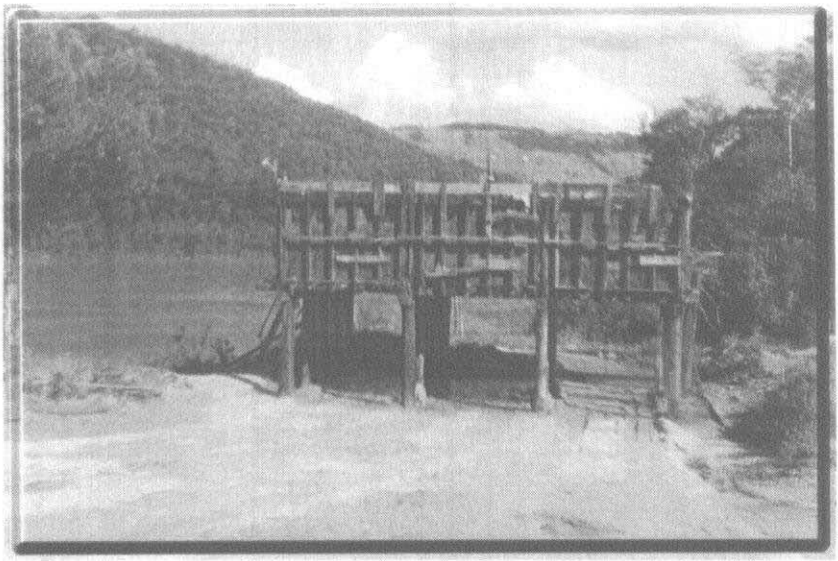
Acervo ISA

Documentação Fotográfica:

Fotos: Arquivo COPEL



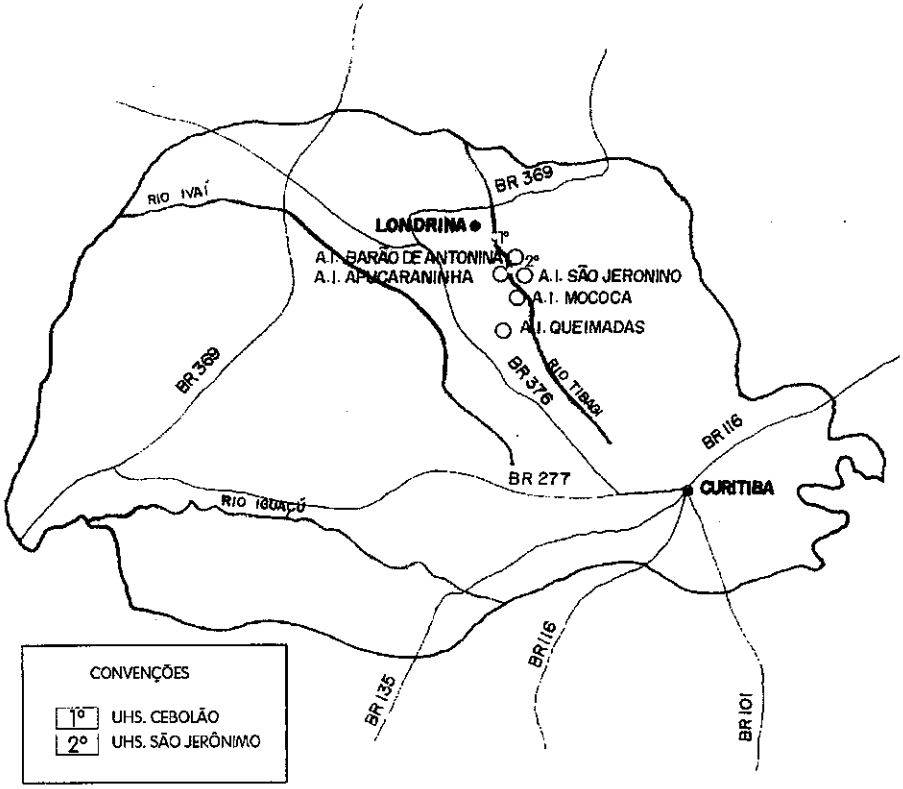
Situação atual da cobertura vegetal às margens do rio Tibagi



Porto de extração de areia às margens do Rio Tibagi

Acervo ISA

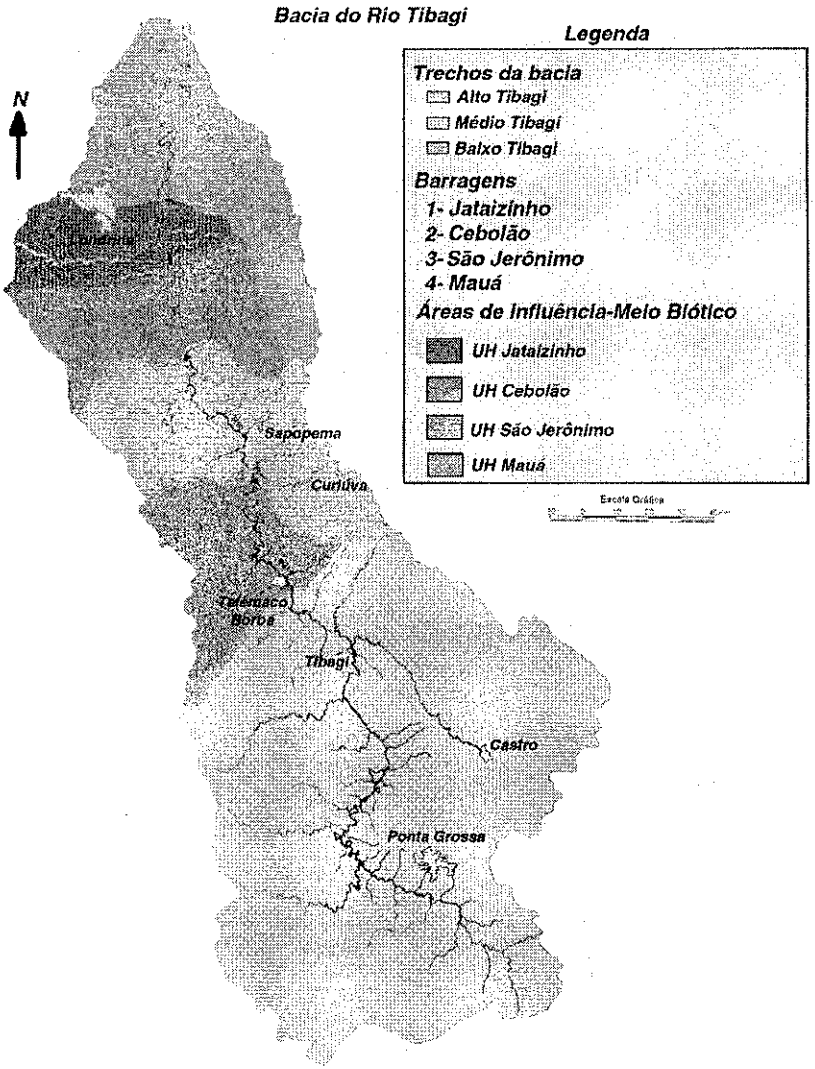
ÁREAS INDÍGENAS DA BACIA DO RIO TIBAGI NO ESTADO DO PARANÁ



Arquivo:
Laudo Antropológico Sobre os Povos Indígenas da Bacia do Rio Tibagi:
OS KAINGANG E OS GUARANI

Elaborado pela Antropóloga:
Cecília Maria Vieira Helm.

Desenhos da Arquiteta:
Carolina Vieira Helm.


Bacia do Rio Tibagi
Legenda
Trechos da bacia
Alto Tibagi
Médio Tibagi
Baixo Tibagi
Barragens
1- Jataizinho
2- Cebolão
3- São Jerônimo
4- Mauá
Áreas de Influência-Meio Biótico
UH Jataizinho
UH Cebolão
UH São Jerônimo
UH Mauá
N
Sapopema
Cunhiva
Telêmaco Borba
Tibagi
Castro
Ponta Grossa

Fonte: COPEL

Acervo ISA

Bibliografia

ATLAS de Recursos Hídricos do Estado do Paraná, SUDERHSA, Curitiba 1998,

ALMEIDA, RUBEN, R.T. Laudo antropológico sobre a comunidade Guarani-Ñandeva do
Ocoy/Jacutinga/PR.Rio de Janeiro. ABA.

BARTH, F. Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference. (org.) Boston Little Brown & Co. 1969.

BALDUS, H. "O Culto aos Mortos entre os Kaingang de Palmas". In, Ensaios de Etnologia Brasileira. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937.

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988

DECLARAÇÃO DE SAN JOSÉ. Anuário Antropológico/81 Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1981, 15-18.

Estudo de Impacto Ambiental, Usina Hidrelétrica Cebolão, vol.V,"Elementos Socioeconômicos. Sociedades Indígenas", Companhia Paranaense de Energia, Juris Ambientis Consultores. Curitiba, março, 1998.

Estudo de Impacto Ambiental, Usina Hidrelétrica São Jerônimo, Sociedades Indígenas,
Companhia Paranaense de Energia, SENAGRO, Curitiba, 1998.

HELM, C.M.V. A Terra, a Usina e os Índios do PI Mangueirinha, em O Índio Perante o Direito, Santos, S.C. (org), Editora da UFSC, Florianópolis, 1982.

Acervo ISA

HELM, C.M.V.A Integração do Índio na Estrutura Agrária do Paraná: o caso Kaingang, Tese Concurso Docência Livre, UFPR, 1974.

_____ O Índio Camponês Assalariado em Londrina, Relações de Trabalho e Indentidade Étnica, Tese Concurso Professor Titular UFPR, Curitiba, 1977.

_____ "Grandes Projetos Hidrelétricos e os Povos Indígenas Kaingang e Guarani no Estado do Paraná, Brasil". Trabalho apresentado no 48 Congresso Internacional de Americanistas, Estocolmo, Suécia, 1994.

_____ Os Kaingang, os Guarani e os Projetos de Desenvolviemnto. In A Implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil. Helm, C. et alii. IAP/GTZ Gráfica Trio, 120 pgs.Curitiba, 1998.

_____ Laudo Antropológico sobre os Povos Indígenas da Bacia do Rio Tibagi, Curitiba, COPEL, 1998, no prelo.

_____Os Kaingang Contemporâneos. Palestra Proferida no Museu Universitário, UFSC, 1998, no prelo.

IPARJ, Instituto de Antropologia do Rio de Janeiro. Estudos e Fundamentos para a Produção de Diretrizes do Relacionamento do Setor Elétrico com os Povos Indígenas. Relatório Final. Rio de Janeiro, IPARJ/ELETROBRAS, 1988.

LÉVI-STRAUSS, C. Saudades do Brasil. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.

MARQUESINI, N.R. Plantas Medicinais Utilizadas pelos Índios do Sul do Brasil, nos estados do Paraná e Santa Catarina. Dissertação de Mestrado UFPR, 1995.

Acervo ISA

MOTA, L.T. As Guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Editora da UEM, Maringá, 1994.

NEVES DE CUNHA & BERTUCCI, R. Legislação Ambiental no Brasil. In, Mercosur y Medio Ambiente, Ediciones Ciudad Argentina, B.Aires,1996.

OLIVEIRA, J. P. et alli,(organizador) Indigenismo e Territorialização, Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Contracapa Livraria Ltda. Rio de Janeiro, 1998.

RIBEIRO, G.. L. Empresas Transnacionais: um grande projeto por dentro. São Paulo, Marco Zero/ANPOCS, 1991.

RELATÓRIO da Visista às Terras Indígenas da Bacia do rio Tibagi, DEPIMA/FUNAI/MPF, Brasília, DF, 1998.

RELATÓRIO PARCIAL DE PESQUISA: Os Kaingang da Bacia do rio Tibagi e suas Relações com as Terras Baixas, Tommasino, K. ITEDES/NEMA/COPEL, Londrina, junho,1998.

SANTOS, S. C. "As Hidrelétricas, os Índios e o Direito" in, A Implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil, Helm, C. et alli, PIAB/GTZ/IAP, Curitiba, 98

VEIGA, J. Organização Social e Cosmovisão Kaingang. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1994.

VENH-RÓG, Rio Tibagi; GINO, L. Jagjo et alli, Pereira, M. & Teles, Ivani (orgs) Grupo MIG/UEL/FUNAI/COPEL, 1998.

ZILLER, Sílvia Renate.Relatório técnico sobre o Rio Tibagi, Paraná. Usina Cebolão, Estudo de Flora, Curitiba,1998.

Acervo ISA

Cecília Maria Vieira Helm
é antropóloga, professora titular aposentada da UFPr; Pesquisadora do CNPq; Pós-doutoramento em CIESAS, México, D.F.; Vice-Presidente da Associação Latinoamericana de Antropologia, Professora Participante dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC e UFPr e responsável pela Área de Etnologia do MAEP da UFPr. Elaborou Laudos Antropológicos sobre conflitos de terras entre índios e madeireiros no Estado do Paraná, por determinação da Justiça Federal; consultora do IAP/SEMA (1993-1996) e da CNIA/COPEL (1997-1998) sobre Usinas Hidrelétricas e Povos Indígenas.